



000000000025

ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU  
PODER LEGISLATIVO

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA POR VALOR**

Nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Gararu, instituída pela Portaria nº 01/2018, de 02 de janeiro de 2018, apresenta Justificativa para a contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de RH-Personale – Folha de Pagamento e informação de GEFIP, DIRF e RAIS, mediante as considerações a seguir:

*Considerando* a necessidade de implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de RH-Personale – Folha de Pagamento e informação de GEFIP, DIRF e RAIS;

*Considerando* que a necessidade desses serviços decorre da necessidade de constante atualização dos procedimentos internos aqui realizados, além da celeridade que os mesmos vão imprimir aos atos aqui praticados;

*Considerando* que essa contratação visa imprimir maior segurança e transparência às operações relativas a pagamentos, dotando a Câmara de um sistema automatizado que incorpora novas metodologias de funcionamento do sistema de folha de pagamento, com o objetivo de facilitar e agilizar a operação, além de dispor e armazenar diversos dados a ela referentes, bem como imprimir maior celeridade e controle às operações de almoxarifado;

*Considerando* que a implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de RH-Personale – Folha de Pagamento e informação de GEFIP, DIRF e RAIS para a Câmara Municipal de Gararu não se refere a parcelas de um mesmo serviço que possa ser realizado conjunta, concomitantemente e de uma só vez;

*Considerando* que o custo econômico para essa licitação é superior ao benefício dela extraível e que a pequena relevância econômica não justifica os gastos com uma licitação comum, além de se poder causar prejuízos à Administração, inclusive com o acréscimo de preços, atraso no lançamento e informatização das informações para os quais o serviço aqui esta sendo pretendido, decorrendo, disso, problemas de ordem legal, incluído nisso a demanda de tempo que o certame licitatório exigiria;

*Considerando* que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

*Considerando* que o art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 11.107/05, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a





0000000000026

ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU  
PODER LEGISLATIVO

composição do processo de dispensa de licitação – razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço – **ainda que dispensada a justificativa para o presente caso**, de acordo com o *caput* do mesmo artigo supramencionado, o qual achamos por bem transcrever:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

**Parágrafo único.** O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço; (destaquei).

*Considerando*, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa Personale – Gestão de Recursos Humanos Eireli - ME não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido ela a que possui o menor preço dentre aquelas pesquisadas para prestação desses serviços e que o preço, conforme se pode, facilmente, constatar através da confrontação dos preços praticados pelas demais empresas e da proposta apresentada pela empresa que se pretende contratar, é compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, abaixo daqueles demais apresentados.

*Considerando*, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no *caput* suso-aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando preconiza que: “Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26.”<sup>1</sup>, é que assim o fizemos.

*Ex positis* é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, II, c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua edição atualizada.

Assim, como já dito, feita a pesquisa de preços de mercado e analisada a documentação exigida foi escolhida a empresa Personale – Gestão de Recursos Humanos Eireli - ME, por ter apresentado menor preço. A proposta da empresa vencedora apresentou o valor R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) mensal, para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de RH-Personale – Folha de Pagamento e informação de GEFIP, DIRF e RAIS, totalizando, estimadamente, o valor de R\$ 7.260,00 (sete mil e duzentos e sessenta reais) no exercício de 2018.

<sup>1</sup> in JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2006. Dialética.



0000000000027


ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU  
PODER LEGISLATIVO


As despesas decorrentes da presente dispensam de licitação correrão por conta seguinte dotação orçamentária:

- UO: 01001 - Câmara Municipal de Gararu
- Ação: 2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
- Classificação Econômica: 3390.39.00.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica
- Fonte de Recursos: 1001

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 26 da mesma norma jurídica já aqui mencionada, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas a título de formalização, submetemos a presente justificativa ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gararu, para apreciação e posterior ratificação.

Gararu, 01 de fevereiro de 2018.


  
**Jailton Santos de Melo**  
Presidente da CPL

  
**Angela Maria Alves de Santana Melo**  
Membro

  
**José Pedro Souza Santos**  
Membro

**Ratifico!**

**Em 01/02/2018.**

  
**JOSIVALDO ALVES DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal  
de Gararu